



# HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado  
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet - <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Em cumprimento às disposições estatutárias e legislação em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações dos Resultados Abrangentes, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

### Carteira de Arrendamento e Mercado arrendador

O mercado arrendador brasileiro apresentou volume de novos Negócios em dezembro de 2021 um total de R\$ 1.231 Bilhão, com aumento de 159,16% em comparação ao volume de dezembro de 2020 que foi de R\$ 475 Milhões. Com relação ao número de contratos apuramos aumento de 20,78% em relação a dezembro de 2020 quando foram assinados 486 contratos, contra 587 em dezembro de 2021. Os contratos com Pessoas Físicas somaram R\$ 63 Milhões, representando 5,12% do total e os com Pessoas Jurídicas somaram R\$ 1.168 Bilhão, sendo 94,88% do total de dezembro. (Fonte ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing)

A carteira de arrendamento mercantil da HP Financial Services Arrendamento Mercantil

S.A. ("Instituição") alcançou o montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 1.508.306 mil (R\$ 1.241.632 mil em dezembro de 2020), composta por contratos vinculados à variação cambial, certificados de depósitos interfinanceiros e taxas prefixadas, com prazos, normalmente, entre 24 e 60 meses. Alguns contratos de arrendamento mercantil dos equipamentos gráficos podem ultrapassar o prazo de 60 meses.

### Fontes de Recursos

A Instituição faz suas captações de recursos diretamente do exterior, tendo como política manter o casamento de prazos e indexadores entre as operações ativas e passivas se utilizando de instrumentos financeiros derivativos, quando necessário.

A Instituição está estruturada e capitalizada acreditando no crescimento da economia brasileira.

### Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social, no montante de R\$ 557.455 mil, composto de 762.591.072 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, estava, em 31 de dezembro de 2021, totalmente subscrito e integralizado, sendo seu acionista majoritário a HPFS Funding B.V.

Em 21 de dezembro de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas

deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 30 de novembro de 2021 no valor bruto total de R\$ 30.320 mil. Os acionistas também aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R\$ 25.772 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R\$ 4.548 mil, submetido à aprovação do Banco Central do Brasil, onde, após aprovação, o capital passará dos atuais R\$ 557.455 mil para R\$ 583.227 mil. Serão emitidas 28.321.158 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,91 por ações. O capital social ficará dividido em 790.912.230 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e 1.001 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 734.968 mil (31 de dezembro de 2020 – R\$ 696.015 mil).

### Agradecimentos

Agradecemos aos clientes pela preferência, aos senhores acionistas pela confiança e apoio e aos funcionários e colaboradores pela dedicação e comprometimento de nossos objetivos e pelos resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Barueri, 28 de março de 2022

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2021			31/12/2020			01/01/2020		
	Notas	31/12/2021	(Reapresentado)	31/12/2020	(Reapresentado)	01/01/2020	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		645.330	535.917	541.539					
Obrigações por empréstimos	10	168.910	359.335	266.403					
Empréstimos no exterior		153.854	359.335	266.403					
Empréstimos no país		15.056	–	–					
Outras obrigações		37.070	62.495	22.746					
Fiscais e previdenciárias	9a	13.312	15.996	12.762					
Sociais e estatutárias	12d	2.524	1.744	3.929					
Diversas	9c	21.234	44.755	6.055					
<b>Não circulante</b>		582.439	171.396	265.836					
Obrigações por empréstimos	10	517.315	107.221	195.020					
Empréstimos no exterior		517.315	107.221	195.020					
Outras obrigações		65.124	64.176	70.816					
Obrigações fiscais diferidas	9a	65.071	62.057	66.925					
Diversas	9c	53	2.118	3.890					
<b>Patrimônio líquido</b>	12a	734.968	696.015	667.729					
Capital social – de domiciliados no exterior		557.455	531.992	500.000					
Capital a integralizar		25.772	25.463	31.992					
Reservas de lucros		151.741	138.560	135.738					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		1.523.387	1.289.241	1.222.714					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2º semestre		Exercícios	
		2021	2021	2020	2020
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		480.331	910.101	832.219	
Operações de arrendamento mercantil		480.331	910.101	832.219	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		(414.461)	(818.756)	(773.228)	
Operações de empréstimos e repasses		(28.294)	(47.378)	(40.719)	
Operações de arrendamento mercantil	13	(386.004)	(758.428)	(681.510)	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	(163)	(12.950)	(50.999)	
<b>Resultado de intermediação financeira</b>		65.870	91.345	58.991	
<b>Outras receitas/ (despesas) operacionais</b>		(24.041)	(43.891)	(43.018)	
Outras despesas administrativas	14	(15.074)	(28.134)	(26.408)	
Despesas tributárias	15	(10.736)	(19.430)	(19.016)	
Outras receitas operacionais	16	2.386	4.721	3.413	
Outras despesas operacionais	16	(617)	(1.048)	(1.007)	
<b>Resultado operacional</b>		41.829	47.454	15.973	
<b>Resultado não operacional</b>	17	6.291	10.955	8.859	
<b>Resultado antes dos tributos</b>		48.120	58.409	24.832	
Tributos	20	(9.156)	(14.128)	(5.762)	
Imposto de renda		2.821	(920)	(6.970)	
Contribuição social		(1.535)	(2.839)	(4.418)	
Ativo fiscal diferido		(10.442)	(10.369)	17.150	
<b>Resultado líquido do semestre/exercícios</b>		38.964	44.281	30.594	
<b>Resultado líquido por ação – R\$</b>		0,05	0,06	0,06	
<b>Quantidade de ações</b>		762.592.073	762.592.073	531.108.294	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2º Semestre		Exercícios	
	2021	2021	2020	2020
Lucro Líquido no semestre/ exercícios	38.964	44.281	30.594	
<b>Total dos resultados abrangentes no semestre/ exercícios</b>	38.964	44.281	30.594	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2º semestre		Exercícios	
	2021	2021	2020	2020
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>				
Lucro Líquido do semestre/exercício	38.964	44.281	30.594	
<b>Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) :</b>	285.224	576.446	512.895	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.d	163	12.950	50.999
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	20a	10.442	10.369	(17.150)
Provisão (Reversão) para Perdas em Bens não de Uso Próprio	17	104	(50)	(213)
Depreciações e Amortizações		311.175	596.711	515.227
Provisão (Reversão) para Perdas na Venda de Valor Residual	13	(8.531)	(12.506)	(15.222)
Variação cambial sobre empréstimos		1.084	724	4.280
Superveniência (insuficiência de depreciação)	12.13	(18.913)	(12.590)	2.588
Prejuízo (Lucro) na alienação de bens não de uso próprio	12.13	(6.395)	(9.437)	(7.964)
Prejuízo (Lucro) na alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	12.13	(3.905)	(9.725)	(19.650)
Lucro Líquido Ajustado		324.188	620.727	543.489
Variação de Ativos e Obrigações		(16.063)	5.578	(15.361)
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		(4.393)	27.931	(19.304)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		12.733	2.323	(11.923)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		59	–	–
Redução (Aumento) da Provisão para Créditos de Liquidação Duidosa	6.d	(152)	(1.010)	(21.284)
Redução (Aumento) em Outras Obrigações operacionais		(24.310)	(23.666)	37.150
<b>Fluxo de Caixa proveniente de (aplicado em) atividades de investimento:</b>		308.125	626.305	528.128
Alienação de Bens Não de Uso Próprio		6.047	9.602	8.674
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		57.727	115.439	195.656
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		(448.012)	(955.162)	(748.019)
Aplicação no Diferido		(9.899)	(20.595)	(26.441)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(394.137)	(850.716)	(570.130)
<b>Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento:</b>				
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		108.516	218.946	853
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos e/ou Provisões		(30.320)	(30.320)	(29.957)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionado	12a.12d	23.551	23.248	23.719
Reversão de Dividendos		–	1.744	3.929
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		101.747	213.618	(1.456)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		15.735	(10.793)	(43.458)
Caixa e equivalentes de caixa no Início do exercício/semestre	4	11.641	38.169	81.627
Caixa e equivalentes de caixa no Fim do exercício/semestre	4	27.376	27.376	38.169
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		15.735	(10.793)	(43.458)
Composição de caixa e equivalentes de caixa		27.376	27.376	38.169
Disponibilidades		27.376	27.376	38.169
<b>Total</b>		27.376	27.376	38.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN.

a) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.144/2012;

b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;

c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras – homologado pela Resolução 4.524/2016 do CMN;

d) CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;

e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

f) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 4.636/2018;

g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;

h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.077/2011;

i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2021;

j) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;

continua na próxima página...

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital a		Reservas de lucros		Lucros	
		Social	Integralizar	Legal	Outras	Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		500.000	31.992	21.897	113.841	–	667.730
Aumento de capital	12	31.992	(31.992)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	30.594	30.594
Destinações:							
Reserva legal	12d	–	–	1.530	–	(1.530)	–
Dividendos propostos	12d	–	–	–	–	(1.744)	(1.744)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores		–	–	–	–	3.929	3.929
Juros sobre capital próprio		–	25.463	–	–	(29.957)	(4.494)
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	–	–	–	1.292	(1.292)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		531.992	25.463	23.427	115.133	–	696.015
Aumento de capital	12	25.463	(25.463)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	44.281	44.281
Destinações:							
Reserva legal	12b	–	–	2.214	–	(2.214)	–
Dividendos propostos	12d	–	–	–	–	(2.524)	(2.524)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores	12d	–	–	–	–	1.744	1.744
Juros sobre capital próprio	12d	–	25.772	–	–	(30.320)	(4.548)
Aumento de capital a integralizar		–	–	–	–	–	–
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	–	–	–	10.967	(10.967)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		557.455	25.772	25.641	126.100	–	734.968
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>		557.455	–	23.693	121.625	–	702.773
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	38.964	38.964
Destinações:							
Reserva legal	12b	–	–	1.948	–	(1.948)	–
Dividendos propostos	12d	–	–	–	–	(2.221)	(2.221)
Juros sobre capital próprio	12d	–	25.772	–	–	(30.320)	(4.548)
Constituição de reservas de lucros		–	–	–	4.475	(4.475)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		557.455	25.772	25.641	126.100	–	734.968



# HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado  
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet - <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;  
l) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015;  
m) CPC 41 – Resultado por Ação – Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020;  
n) CPC 46 – Mensuração ao valor justo homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Rendas de arrendamento mercantil e apuração dos resultados

As rendas de arrendamento são registradas quando dos vencimentos das parcelas contratuais, conforme determinado pela Portaria MF-140/84, não observando o regime de competência.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, sendo que as de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas, correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.818/2020 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

#### c. Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

#### d. Imobilizado de arrendamento

Substancialmente representado por equipamentos de informática.

#### e. Depreciação

A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens.

A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil.

#### f. Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear".

#### g. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos não financeiros estão representados basicamente por bens retornados de contratos de arrendamento mercantil que são registrados pelo menor valor, conforme Resolução CMN nº 4.747/2019, verificado entre a posição contábil ajustada e o pelo valor justo.

Os ativos não financeiros ficam disponíveis para venda e são contabilizados pelo valor contábil (valor do imobilizado dos bens arrendados deduzido das depreciações acumuladas). Devido ao prazo dos contratos de arrendamento mercantil, que variam de 36 a 60 meses, entendemos que não há divergências entre o valor justo e o valor registrado no ativo realizável.

#### h. Perdas de arrendamento a amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados.

#### i. Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados em operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

#### j. Imposto e contribuição sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, ambos calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente.

A medida provisória nº 1.034/2021 majora a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas de Arrendamento Mercantil de 15% para 20% a partir de 01 de julho de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021 voltando a vigorar a alíquota de 15% a partir do dia primeiro de janeiro de 2022.

Os créditos tributários de imposto de renda foram calculados sobre adições e exclusões temporárias e prejuízo fiscal acumulado. Os créditos tributários de contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na rubrica "Outros créditos – diversos", e as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", respectivamente no realizável e exigível a longo prazo.

#### k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os direitos decorrentes são registrados somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- As questões relacionadas às obrigações legais, fiscais e previdenciárias, onde estão sendo contestadas, através de demandas judiciais, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, são tratadas como obrigações com efeito suspensivo. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

#### l. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

A Instituição realizou um estudo do valor recuperável de ativos, não sendo identificadas perdas por redução ao valor recuperável.

#### m. Operação de empréstimo e repasse

A Instituição financia suas operações de arrendamento mercantil com recursos próprios e com recursos captados diretamente de sua matriz no exterior, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9. As taxas de juros praticadas nessas operações devem corresponder às taxas equivalentes às captações realizadas no mercado interno. As operações de empréstimos são efetuadas nas moedas em que a Instituição necessite no momento de suas captações podendo ser em taxa pré-fixada ou indexadas ao Dólar, CDI ou em qualquer outra moeda ou indexador que atenda às necessidades da Instituição. Os pagamentos desses empréstimos podem ser efetuados em períodos regulares de juros e ou amortização de principal ou pagamento final pelo valor total da dívida de acordo com o fluxo pactuado em contrato.

#### n. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ações é feito pela divisão do lucro pela quantidade de ações.

#### o. Partes relacionadas

As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução CMN nº 4.818/2021, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

#### p. Resultado não recorrente

Resultados não recorrentes são os resultados que estão relacionados com as atividades atípicas da instituição, resultados não habituais e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes correspondem às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota 22.

#### 4. Caixa ou equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalente de caixa são compostos por depósitos bancários, conforme abaixo apresentado:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades		
Depósitos Bancários	27.376	38.169
Total de caixa e equivalente de caixa	27.376	38.169

#### 5. Ajustes nas operações de arrendamento mercantil

Os registros contábeis da Instituição são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados e sumarizados na Nota Explicativa nº 3, principalmente os itens "a" e "d", diferem das práticas contábeis emanadas da legislação societária bra-

sileira, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429 do BACEN, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Este ajuste gerou um crédito (superveniência) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 12.590 (R\$ 10.631 de insuficiência em dezembro de 2020).

Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, porém as rubricas de ativo e resultado de arrendamento permanecem adequadamente apresentadas.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados.

#### 6. Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	31/12/2021		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	25.373	1.713.824	1.739.197
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(25.059)	(1.707.251)	(1.732.310)
Imobilizado de arrendamento (Nota 17)	122.026	2.623.780	2.745.806
Depreciações acumuladas (Nota 17)	(92.501)	(1.383.273)	(1.475.774)
Superveniência de depreciação	-	260.284	260.284
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 17)	(21.741)	7.546	(14.195)
Credores por antecipação do valor residual	-	(14.702)	(14.702)
Valor presente	8.098	1.500.208	1.508.306

	31/12/2020		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	46.303	1.388.166	1.434.469
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(45.759)	(1.353.892)	(1.399.651)
Imobilizado de arrendamento (Nota 17)	186.678	2.132.701	2.319.379
Depreciações acumuladas (Nota 17)	(128.465)	(1.195.698)	(1.324.163)
Superveniência de depreciação	-	248.228	248.228
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 17)	(34.247)	8.494	(25.753)
Credores por antecipação do valor residual	-	(10.877)	(10.877)
Valor presente	24.510	1.217.122	1.241.632

#### a) Diversificação por vencimento – Arrendamento Financeiro

	31/12/2020	
	31/12/2021	Reapresentado
Vencidos		
A partir de 15 dias	2.378	1.389
<b>A vencer</b>		
Até 3 meses	182.257	156.853
De 3 a 12 meses	443.113	341.259
De 1 a 3 anos	706.841	562.491
De 3 a 5 anos	163.062	122.978
Acima de 5 anos	2.557	32.152
	1.497.830	1.215.733
Total	1.500.208	1.217.122

#### 8. Ativo fiscal diferido

Créditos Tributários – Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	31/12/2021			
	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2021
<b>Créditos tributários de imposto de renda</b>				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	8.561	-	(3.126)	5.435
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	25.425	-	(1.728)	23.697
Imposto de renda sobre BNDU	40	-	(12)	28
Passivo Contingente	-	8	-	8
Base negativa de imposto de renda	-	-	-	-
Subtotal	34.026	8	(4.866)	29.168
<b>Créditos tributários de contribuição social</b>				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	5.137	-	(1.675)	3.462
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	15.255	-	(826)	14.429
Contribuição social sobre BNDU	24	-	(2)	22
Passivo Contingente	-	6	-	6
Subtotal	20.416	6	(2.503)	17.919
Total	54.442	14	(7.369)	47.087

	31/12/2021			
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2020
<b>Créditos tributários de imposto de renda</b>				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	12.367	-	(3.806)	8.561
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	13.254	12.171	-	25.425
Imposto de renda sobre BNDU	94	-	(54)	40
Base negativa de imposto de renda	1.016	-	(1.016)	-
Subtotal	26.731	12.171	(4.876)	34.026
<b>Créditos tributários de contribuição social</b>				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	7.421	-	(2.284)	5.137
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7.952	7.303	-	15.255
Contribuição social sobre BNDU	56	-	(32)	24
Subtotal	15.429	7.303	(2.316)	20.416
Total	42.160	19.474	(7.192)	54.442

(a) O Crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os contratos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional é composto basicamente pela provisão existente de R\$ 85.046 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 73.105 em 31 de dezembro de 2020), acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430.

Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 31 de dezembro de 2021, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
<b>Créditos tributários de imposto de renda</b>						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	3.700	1.467	268	-	-	5.435
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	3.482	2.626	4.088	3.744	9.757	23.697
BNDU	28	-	-	-	-	28
Outros passivos contingentes	8	-	-	-	-	8
	7.218	4.093	4.356	3.744	9.757	29.168
Valor presente	6.603	3.426	3.335	2.622	6.106	22.092
	2022	2023	2024	2025	2026	Total
<b>Créditos tributários de contribuição social</b>						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	2.421	880	161	-	-	3.462
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	2.300	1.576	2.453	2.246	5.854	14.429
BNDU	22	-	-	-	-	22
Outros passivos contingentes	6	-	-	-	-	6
	4.749	2.456	2.614	2.246	5.854	17.919
Valor presente	4.345	2.056	2.001	1.573	3.665	13.640

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 9,1732% ao ano, referente ao custo médio de captação da Instituição.

#### 9. Outras obrigações

##### a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2021		31/12/2020	
Provisão para imposto de renda	920	6.970		
Provisão para contribuição social	2.839	4.418		
Imposto de renda retido na fonte a recolher	69	49		
PIS e COFINS	745	585		
Imposto sobre serviços a recolher	4.191	3.974		
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 9b)	65.071	62.057		
Provisão IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	4.548	-		
Total	78.383	78.053		
Parcela de circulante	13.312	15.996		
Parcela de não circulante	65.071	62.057		

##### b) Provisão para imposto de renda diferido

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas sobre o total de superveniência de depreciação apurado pela Instituição.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão para impostos diferidos apresentou a seguinte movimentação:

	31/12/2021			
	Saldo em 31/12/2020	Consti- tuição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2021
<b>Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (Nota 20 a)</b>				
	62.057	3.014	-	65.071
	62.057	3.014	-	65.071
Total	62.057	3.014	-	65.071
	31/12/2019	31/12/2020		
<b>Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (Nota 20 a)</b>				
	66.925	-	(4.868)	62.057



# HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado  
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet - <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

## ... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

balanço intermediário de 30 de novembro de 2021 no valor bruto total de R\$ 30.320 mil. Os acionistas também aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R\$ 25.772 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R\$ 4.548. Foram também emitidas 28.321.158 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,91 por ações. Após aprovação pelo Banco Central do Brasil, o capital social passará dos atuais R\$ 557.445 mil para R\$ 583.227 mil ficando o capital social dividido em 790.912.230 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e 1001 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal.

### b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício (semestre) social nos termos da legislação atual, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 a Instituição constituiu reserva legal de R\$ 2.214 (R\$ 1.530 em 31 de dezembro de 2020).

### c) Reserva de lucros

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Instituição, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetuada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da Administração. Em 31 de dezembro de 2021 a Instituição constituiu reserva de lucros de R\$ 10.967 (R\$ 1.292 em 31 de dezembro de 2020).

### d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 6% do lucro líquido anual ajustado (os dividendos são calculados e destinados semestralmente por conta das demonstrações financeiras semestrais) de acordo com o estatuto social:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	44.281	30.594
Constituição de reserva legal (5%)	2.213	1.530
Base para cálculo dos dividendos	42.067	29.064
Constituição de dividendos (6%)	2.524	1.744

## 13. Receitas e (Despesas) de intermediação financeira

### a. Receitas

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Arrendamento Mercantil	375.069	715.072	644.755
Superveniência de depreciação	100.433	182.855	166.438
Lucro na alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	3.913	9.816	19.983
Outras	916	2.358	1.043
	<b>480.331</b>	<b>910.101</b>	<b>832.219</b>

### b. Despesas

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para perdas na venda de valor residual (Nota 6.f)	8.531	12.506	15.222
Depreciação de bens arrendados	(301.234)	(575.169)	(492.639)
Insuficiência de depreciação	(81.520)	(170.265)	(169.026)
Empréstimos e repasses	(28.294)	(47.377)	(40.719)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(163)	(12.950)	(50.999)
Amortização de perdas de arrendamento	(9.941)	(21.543)	(22.587)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(9)	(92)	(333)
Outras	(1.831)	(3.866)	(12.147)
	<b>(414.461)</b>	<b>(818.756)</b>	<b>(773.228)</b>

## 14. Outras despesas administrativas

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rateio de despesas administrativas (Nota 16)	(9.786)	(19.356)	(18.013)
Serviços prestados por terceiros	(4.160)	(6.553)	(6.563)
Processamento de dados	(895)	(1.760)	(1.356)
Outras	(233)	(465)	(476)
	<b>(15.074)</b>	<b>(28.134)</b>	<b>(26.408)</b>

## 15. Despesas tributárias

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Tributos estaduais	(122)	(156)	(798)
Imposto sobre serviços	(7.528)	(14.346)	(13.240)
PIS/Cofins	(3.086)	(4.928)	(4.978)
	<b>(10.736)</b>	<b>(19.430)</b>	<b>(19.016)</b>

## 16. Outras receitas (despesas) operacionais

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais			
Multas e juros de mora sobre recebimentos em atraso	811	1.481	1.996
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	684	1.901	835
Juros Selic sobre antecipação de IRPJ e CSLL	445	484	440
Outras	446	855	142
	<b>2.386</b>	<b>4.721</b>	<b>3.413</b>

## 17. Resultado não operacional

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) na alienação de valores e bens	6.395	9.437	7.964
Provisão (reversão) para perdas em BNDU	(104)	50	213
Outras (despesas) rendas não operacionais	-	1.469	682
	<b>6.291</b>	<b>10.956</b>	<b>8.859</b>

## 18. Transações com partes relacionadas e remuneração da Administração

Os saldos e resultados de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Sociais e estatutárias	303	1.705
Obrigações por empréstimos		
Compaq Trademark B.V. (Nota 10)	671.170	466.556
Outras obrigações – HP Financial Services Brasil Ltda	2.010	1.789
Resultado		
Despesas com operações de empréstimos (*)		
Compaq Trademark B.V.	(27.466)	(39.803)
Despesas administrativas		
Rateio de despesas – HP Financial Services Brasil Ltda. (Nota 14)	(9.786)	(18.013)
(*) Inclui o resultado da variação cambial sobre as operações de empréstimos em moeda estrangeira.		
Os administradores da Instituição são remunerados através do regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que eles estão alocados na entidade HP Financial Services Brasil Ltda.		

## 19. Imobilizado de Arrendamento Operacional

	Taxa anual de depreciação (%)	Dez/2021	Dez/2020
Objeto			
Equipamentos de informática (Nota 6)	28,57%	122.026	186.678
Depreciações Acumuladas (Nota 6)		(92.501)	(128.465)
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 6/f)		(21.741)	(34.247)
		7.784	23.966

## 20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2021	31/12/2020
(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (Nota 9a)	(4.801)	(6.090)
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(2.554)	19.474
Constituição (realização) do crédito tributário diferido sobre BNDU (Nota 8a)	(14)	(86)
Realização (Constituição) do imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação (Nota 9b)	(3.014)	4.868
Base negativa de imposto de renda	-	(1.016)
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido contingência passiva	14	-
Total ativo fiscal diferido	(10.369)	17.150
Apuração do imposto de renda – corrente (Nota 20.b)	(920)	(6.970)
Apuração da contribuição social – corrente (Nota 20.b)	(2.839)	(4.418)
	<b>(14.128)</b>	<b>5.762</b>

## b. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	58.410	58.410
Adições (exclusões)	1.038	1.038
Permanentes	1.038	907
Despesas/provisões dedutíveis e outras	(55.673)	(43.083)
	<b>(5.227)</b>	<b>(6.642)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento mercantil	12.950	12.950
Provisão para perdas – Arrendamento operacional	(12.506)	(12.506)
Superveniência/insuficiência de depreciação	(12.590)	-
Provisão para perdas em BNDU	(50)	(50)
Juros sobre capital próprio	(30.320)	(30.320)
Outras adições/exclusões	(13.157)	(13.157)
Base de cálculo antes da compensação do prejuízo fiscal	3.775	16.365
Base de cálculo após compensações	3.775	16.365
Encargos às alíquotas de 25% imposto de renda e 15% contribuição social de Janeiro a Junho e 20% de Julho a Dezembro de 2021 – (Nota 3 item j)	(920)	(2.839)
	<b>(920)</b>	<b>(2.839)</b>

## 21. Cobertura de seguros (não auditado)

O seguro dos bens arrendados está incluso no custo do imobilizado de arrendamento, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

## 22. Resultado não recorrentes

Não foram identificados resultados não recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## 23. Limites operacionais (Acordo Basileia)

De acordo com a Resolução nº 2.844/1998 do CMN alterada pela Resolução 4.379/2014 do CMN o limite individual de risco por cliente ou grupo econômico é de 25% do patrimônio líquido ajustado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Instituição está enquadrada nos demais limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O BACEN, através da Resolução nº 4.193 de 1º de março de 2013 e alterações posteriores, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2021 é de 42,35% (46,04% em 31 de dezembro de 2020):

	31/12/2021	31/12/2020
Risco de crédito (RWA <sub>CRD</sub> )	117.018	98.183
Risco operacional (RWA <sub>OPD</sub> )	21.683	21.735
Risco de mercado (RWA <sub>MRD</sub> )	130	911
Patrimônio de Referência Exigido	138.831	120.829
Parcela do Rban	3.075	3.761
Adicional de capital principal (ACP)	34.708	18.879
Patrimônio de Referência (PR)	734.968	696.014
Excesso de patrimônio em relação ao limite	558.354	552.545

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Martin Alberto Hornos  
Presidente

Brad Stuart Shapiro  
Membro

Susy Aparecida dos Santos  
Membro

## DIRETORIA

Ismael Paes Gervásio  
Diretor

Alberto Hiroshi Okawa  
Diretor

## CONTADOR

Susy Aparecida dos Santos  
CRC 1SP 255.088/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.  
São Paulo-SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2, em decorrência da correção de erro de classificação entre grupos de ativos circulante e não circulante dos saldos de operações de arrendamento mercantil, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

## 24. Gerenciamento de riscos

De acordo com a Resolução 4.553 do CMN, a Instituição está enquadrada no segmento S4.

### a) Risco de mercado

A Instituição participa de operações ativas – arrendamentos a receber, aplicações financeiras e operações passivas – captações no mercado interno e externo junto à Matriz, bem como operações com derivativos financeiros, se aplicável, com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira da Instituição através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração.

### b) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como objetivo estabelecer níveis eficientes de recursos líquidos mantidos pelo Grupo com o objetivo de atender suas obrigações com clientes, parceiros e fornecedores, além de permitir que a Instituição continue expandindo suas atividades com a estratégia da Administração.

### c) Risco de crédito

A gestão de risco de crédito busca oferecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análises de exposições e tendências, bem como eficácia da política de crédito.

### d) Risco operacional

O CMN, através da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Instituição implementou a estrutura de risco operacional, a qual está subordinada à sua diretoria e tem como objetivo avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, bem como identificá-los e acompanhá-los tomando as devidas providências para que sejam eliminados ou monitorados pelos gestores de risco operacional.

A empresa tem operações ativas e passivas vinculadas à variação cambial as quais estão equalizadas em termos de saldos não gerando efeitos positivos ou negativos devido a uma valorização ou desvalorização cambial.

As demais operações ativas (arrendamentos a receber) e operações passivas (Empréstimos) foram contratadas com taxas prefixadas e em CDI.

### e) Análise de sensibilidade

#### Risco de mercado

Em cumprimento à Resolução BCB nº 02/2020, a Instituição realizou análise de sensibilidade através da aplicação de metodologias de cálculo definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um dos cenários elencados abaixo:

o Cenário 1: choque de +100bps e -100bps nas curvas de juros e 5% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco  
o Cenário 2: Choque de +200bps e -200 bps nas curvas de juros e 10% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.  
o Cenário 3: Choque de +300bps e -300 bps nas curvas de juros e 30% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

#### Feito bruto no resultado

Fatores de Risco	Exposições sujeitas a	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de juros em reais	Variação de Taxas de Juros Pré-fixadas	(3.660)	(7.266)	(10.818)
Moeda estrangeira	Variação cambial	(29)	(59)	(178)

Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda (ganho) apurada para cada um dos cenários.

#### Risco de crédito

Com base em 31 de dezembro de 2021 o risco de crédito da Instituição era composto por 1.639 clientes com exposição total de R\$ 1.522.976.

Para efeito do risco de crédito foram consideradas as operações de arrendamento mercantil financeiro e operações de arrendamento mercantil operacional. O Estudo foi elaborado considerando acréscimos na inadimplência da carteira de arrendamento mercantil.

Cenário base: A economia mundial continua se recuperando da crise do COVID-19 onde os governos seguem mantendo apoio fiscal, os principais Bancos Centrais mantêm a economia altamente expansionista seguindo, a brasileira, em trajetória de recuperação, avanços na agenda de reformas ajudam a fortalecer o Brasil.

Cenário moderado: Atrasos na distribuição da vacina contra o COVID-19 no primeiro semestre fizeram com que as medidas de bloqueio e o distanciamento social ficassem em vigor mais tempo do que o esperado, tendo esse cenário se modificado ao longo do segundo semestre onde houve um avanço importante na vacinação da população brasileira, o que flexibilizou a reabertura de vários setores do comércio e retomada da economia. O governo brasileiro continua sua agenda de reformas; o ajuste fiscal é uma das prioridades.

Cenário de estresse: O Banco Central Brasileiro tem elevado a taxa de juros para o controle da inflação e intervém no mercado de câmbio para sustentar a moeda em queda, quando necessário. Em virtude das variantes do COVID-19 o cenário econômico ainda apresenta incertezas; algumas agências de rating rebaixaram a classificação do Brasil.

Com base nos cenários acima descritos, foram calculados os seguintes impactos na carteira de arrendamento mercantil da Instituição.

Cenário base: o valor da inadimplência era de R\$ 4.170 representando um percentual de 0,27% sobre a exposição total que era de R\$ 1.518.806

Cenário Moderado: foi considerado um acréscimo no nível de inadimplência de 0,5% elevando o valor em 7.594.

Cenário de Estresse: neste cenário consideramos o nível de inadimplência em 1,5% com um acréscimo de R\$ 22